



Idéias & Debate

Taxa Voluntária de
Desenvolvimento Tecnológico
(Agromais) - Um Mecanismo
Inovador de Financiamento para
a Pesquisa, Desenvolvimento e
Promoção do Agronegócio

Alberto Duque Portugal
Francisco J. B. Reifschneider
Elísio Contini
Alexandre Borges de Oliveira

INSTITUTO
*Teotônio
Vilela*



Taxa voluntaria de

1999

FL-01160



16274-1

PSDB



Taxa Voluntária de
Desenvolvimento Tecnológico
(Agromais) - Um Mecanismo
Inovador de Financiamento
para a Pesquisa,
Desenvolvimento e
Promoção do Agronegócio

Copyright: *Alberto Duque Portugal, Francisco J. B. Reifschneider, Elísio Contini, Alexandre Borges de Oliveira*

Idéias e Debates, nº 30

As opiniões aqui emitidas são de inteira responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução da matéria aqui publicada, desde que citada a fonte.

Coordenação Editorial: *João Paulo M. Peixoto*
Editoração Eletrônica: *GH Comunicação Gráfica Ltda.*
Impressão: *GH Comunicação Gráfica Ltda.*
Capa: *Jairo Valle e Paulo Cervinbo*

Alberto Duque Portugal, Francisco J. B. Reifschneider, Elísio Contini,
Alexandre Borges de Oliveira

Taxa Voluntária de Desenvolvimento Tecnológico (Agromais) - Um
Mecanismo Inovador de Financiamento para a Pesquisa, Desenvolvimento e Promo-
ção do Agronegócio / Alberto Duque Portugal, Francisco J. B. Reifschneider, Elísio
Contini, Alexandre Borges de Oliveira

Instituto Teotônio Vilela, 1999.
23 p. - (*Idéias e Debates*, 30)

CDU 342.83 (100)
CDD 341.29

Sede Nacional
Senado - Anexo I - 8º andar
70165-900 - Brasília - DF
Tel.: (061) 311-3566 - 311-3986

ALBERTO DUQUE PORTUGAL
FRANCISCO J. B. REIFSCHNEIDER
ELÍSIO CONTINI
ALEXANDRE BORGES DE OLIVEIRA

Taxa Voluntária de
Desenvolvimento Tecnológico
(Agromais) - Um Mecanismo
Inovador de Financiamento
para a Pesquisa,
Desenvolvimento e
Promoção do Agronegócio

Instituto Teotônio Vilela
Brasília
1999

Taxa Voluntária de Desenvolvimento Tecnológico (Agromais) - Um Mecanismo Inovador de Financiamento para a Pesquisa, Desenvolvimento e Promoção do Agronegócio

Alberto Duque Portugal¹,
Francisco J. B. Reifschneider²,
Elísio Contini³,
Alexandre Borges de Oliveira⁴.

1. INTRODUÇÃO

Apesar do empenho do Governo Federal em investir volume considerável de recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o agronegócio, com destaque para o período 1994-1998, a presente crise fiscal-cambial obriga o Governo a cortes de gastos, atingindo inclusive a própria área de P&D. Os sistemas estaduais e as universidades públicas, há anos, vem se ressentindo da falta de recursos para a geração de tecnologias agropecuárias. Assim, é fácil prever, para os próximos anos, que projetos prioritários para importantes culturas e criações não terão os recursos necessários para a sua execução se continuarem a depender fortemente do Governo Federal.

De outro lado, parte da solução da crise por que passa o País está no aumento da competitividade das nossas exportações, principalmente do agronegócio, setor que dispõe de abundantes recursos naturais e empresariado competente. Mesmo com a recente desvalorização do Real, a conquista de mercados externos,

além de preços competitivos, exige qualidade, incluindo propriedades nutricionais e de saúde. Crescimento da demanda por tecnologia e diminuição de recursos para P&D são desafios que exigem novas propostas e soluções criativas.

Neste documento discute-se a necessidade de maior participação do setor privado no financiamento da pesquisa e desenvolvimento para o agronegócio, em áreas em que os resultados possam ser, de alguma maneira, apropriáveis diretamente pelos financiadores.

2. PROPOSTA

Taxas voluntárias de contribuição por parte de produtores e agroindustriais para P&D e promoção de produtos de origem agropecuária têm uso intenso nos Estados Unidos da América e no Canadá, onde constituíram uma resposta de produtores e consumidores às fortes limitações orçamentárias que impediam a plena consecução de seus objetivos no mercado. Estas taxas têm-se mostrado uma alternativa muito comum e eficiente de prover recursos adicionais para

¹ Engenheiro Agrônomo, PhD, Diretor-Presidente da Embrapa (presid@sede.embrapa.br).

² Engenheiro Agrônomo, PhD, Chefe da Secretaria de Cooperação Internacional da Embrapa (fjbr@sede.embrapa.br).

³ Economista, PhD, Assessor do Diretor-Presidente da Embrapa (elisio@sede.embrapa.br).

⁴ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, consultor da Secretaria de Cooperação Internacional da Embrapa (alex@sede.embrapa.br).

P&D e "marketing" agrícola, principalmente nos Estados Unidos, onde, hoje, são 14 programas nacionais de "commodities" distintas, em adição a 43 programas estaduais, alavancando **mais de 400 milhões de dólares anualmente**.

O primeiro programa desta natureza (conhecido como "checkoff program" no exterior) foi organizado por produtores norte-americanos de lã em 1955. O "checkoff" dos suínos, por exemplo, teve início em 1986 e, desde então, movimentou 417,6 milhões de dólares, sendo que o orçamento para 1998 foi de 63,9 milhões, embora a contribuição seja de apenas 0,45 ponto percentual sobre o valor do produto final. Administrado pelo "National Pork Board", o "checkoff" da carne suína, em 1997, destinou 63% dos recursos do programa para a área de "marketing" e

promoção, 23% para a pesquisa e 14% para educação de produtores e consumidores.

A "American Soybean Association", com 32 mil associados, reconhece o "checkoff" como programa vital para o "marketing" de seus produtos, aumento da produtividade e dos lucros. O anexo 1 a este documento apresenta informações detalhadas do programa de "checkoff" da soja, como exemplo norte-americano.

O Brasil conta com algumas experiências no estabelecimento de fundos que apresentam algumas semelhanças com a proposta em questão, ainda que mais limitados. São alguns exemplos brasileiros o Fundecitrus (anexo 2) e o Fundo de Promoção e Divulgação de Carne Suína e seus Derivados (anexo 3).

Tabela 1: Programas de taxas voluntárias nos Estados Unidos

Produtos	Ano de início	Taxa	Orçamento anual(US\$ milhões)
Carne bovina	1986	\$ 1 por cabeça	79,9
Algodão	1966-67	\$ 1 por fardo + até 1% do valor fardo	43,0
Leite	1984	15 c/ quintal americano de leite (45,35 kg)	219,59
Ovos	1976	5 c/ 30 dz engradados	7,64
Mel	1987	1 c/lb	2,89
Pelo de cabra (angorá)	1966	"Pro-rata" deduções dos incentivos	0,7
Suínos	1986	0,45 % do valor de mercado	63,9
Batatas	1972	1% do preço médio de 10 anos	6,39
Soja	1991	0,5% do valor líquido de mercado	50,0
Lã	1955	"Pro-rata" deduções dos incentivos	6,2

Fonte: Farm Journal, 1993.

Como se observa na Tabela 1, nos E.U.A. estas taxas voluntárias abrangem as mais diversas “commodities”, com taxas variadas, não havendo, portanto, um valor pré-determinado.

A proposta de estabelecimento de uma Taxa Voluntária de Desenvolvimento Tecnológico, por nós denominada *Agromais*, no Brasil, vem somar-se a um conjunto de iniciativas que visam ao maior engajamento das empresas privadas no P&D e promoção do agronegócio. O *Agromais* é um mecanismo atraente não só por envolver efetivamente o setor privado no financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de seu interesse, mas também por canalizar recursos adicionais para estas atividades no setor público, de modo transparente e competitivo. Para o funcionamento e sucesso de programas como o *Agromais*, é essencial a existência de infra-estrutura adequada e moderna, além de capital humano altamente treinado, investimento este que tem sido feito e deverá continuar, por parte do Governo Federal na Embrapa e nas universidades, e dos Governos estaduais nas respectivas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs).

Especificamente, o *Agromais* consiste em uma contribuição estabelecida por determinado grupo organizado da sociedade (produtores, comerciantes, agroindustriais) com vistas ao financiamento de programas de P&D agrícola, “marketing” e promoção, educação dos produtores e consumidores e quaisquer outras atividades almejadas pelos contribuintes. A contribuição geralmente consiste em um percentual sobre o valor da produção (entre 0,3% e 1%).

Por ser uma taxa sobre um valor de mercado, o *Agromais* poderia ser indevidamente confundido com impostos

ou tributos, contudo as diferenças são marcantes. O *Agromais* é totalmente flexível e corresponde a um acordo entre aqueles que irão pagá-lo, prevendo inclusive a possibilidade de reembolso para aqueles que julgarem que seu dinheiro não foi empregado adequadamente. O *Agromais* pode ser cancelado a qualquer momento, mediante simples decisão, por referendo, dos contribuintes.

O programa *Agromais* fica mais interessante se à contribuição do produtor se somar um incentivo fiscal por parte do Governo, através de parte ainda que pequena do ICMS. A título de exemplo, para cada um real alocado ao *Agromais* pelos produtores, o Governo colocaria mais R\$ 1,00 a R\$ 0,50. O aumento da eficiência produtiva mais do que compensaria, em tributos futuros, a pequena renúncia fiscal no momento da criação da Taxa Voluntária.

3. GERENCIAMENTO

Propõe-se que a organização e o gerenciamento dos recursos gerados pelo *Agromais* fiquem a cargo de instituições criadas para este fim ou através de adaptação de semelhantes já existentes (fundações, associações estaduais etc.), com pessoal reduzido e baixo custo de administração. Estas organizações representariam os contribuintes e seriam responsáveis pela contratação e aquisição de produtos e serviços demandados. Cabe ressaltar que a origem não-governamental dessas organizações é condição *sine qua non* para que o mecanismo possa funcionar efetivamente, fornecendo um atributo essencial – flexibilidade – ao *Agromais*.

O recolhimento dessas contribuições seria realizado por indústrias, abatedouros, revendedores, empresas empacotadoras e/ou processadoras, dependendo do produto em questão. Após

esta etapa, os recursos iriam diretamente para uma conta bancária privada, administrada pela organização do *Agromais*. Os recursos arrecadados não ficariam, em nenhum momento, à disposição do poder discricionário do Governo. Todavia, o setor público poderia também participar financeiramente do *Agromais*.

Vantagens e desvantagens de distintas figuras jurídicas responsáveis pela administração do *Agromais* devem ser cautelosamente avaliadas à luz dos princípios básicos de transparência, eficiência, participação, representação e "accountability", mesmo em caso de utilização de uma estrutura organizacional já existente. O Governo poderia participar, ainda, no monitoramento das operações, para certificar que os objetivos estariam sendo atingidos, através de auditorias regulares; também poderia nomear técnicos qualificados para atuarem como membros de um conselho consultivo, como ocorre com o Fundo de Controle Sanitário da Suinocultura Brasileira.

A Embrapa propõe-se a desempenhar o papel de catalisadora na implementação do *Agromais*, através da preparação e difusão de informação sobre o programa e discussão com os setores pertinentes. Embora a experiência internacional revele os produtores como entes responsáveis pela deflagração do processo, no caso brasileiro a participação da Embrapa é importante em um momento inicial.

Para tornar o programa atraente em termos de custo / benefício, o gasto administrativo para recolhimento da contribuição deve ser baixo. Só devem ser criados fundos da característica do *Agromais* quando existirem os canais

formais do mercado para a comercialização do produto e uma cadeia produtiva organizada. Uma "commodity" comercializada informalmente inviabilizaria o programa.

4 CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

- a) O aumento da demanda por tecnologia recomenda uma maior participação do setor privado no financiamento de P&D e promoção do agronegócio, com participação dos interessados imediatos. Isto deverá canalizar considerável quantidade de recursos adicionais para P&D e "marketing", uma vez que não deverá ocorrer redução do fluxo de recursos públicos para estas atividades.
- b) Como mecanismo para maior participação privada, propõe-se a criação de uma Taxa Voluntária para o Desenvolvimento Tecnológico (*Agromais*), constituída por um pequeno percentual sobre o valor da produção de produtos específicos. Esses recursos seriam gerenciados por instituições privadas, sob controle dos interessados.
- c) Esse mecanismo permitiria alavancar recursos para o desenvolvimento de algumas das principais "commodities". Para potencializar os esforços da pesquisa, o mecanismo proposto pode apoiar-se nas instituições públicas de pesquisa, detentoras de capital humano e físico.
- d) A viabilidade e a conveniência de estabelecer incentivos fiscais para os contribuintes que participarem do *Agromais* devem ser discutidas no âmbito do Congresso Nacional.

5. AGROMAIS: CENÁRIOS PARA SOJA E TOMATE INDUSTRIAL

A fim de avaliar o potencial de programas do tipo *Agromais* no Brasil, foram feitos exercícios de projeção para a arrecadação, usando duas “commodities” estratégicas, com cadeias produtivas organizadas. A soja e o tomate para processamento industrial foram selecionados para este exercício porque constituem opções que se enquadram perfeitamente na proposta. No caso da soja, cinco empresas são responsáveis por 27,31% da produção, conforme apresentado na tabela 2. A grande competição neste setor tem gerado um fator de aglutinação em busca de ganhos de competitividade. Adicionalmente, os produtores de soja reconhecem a importância da tecnologia para obtenção de vantagens comparativas que irão resultar em ganhos de competitividade global.

A escolha do tomate deve-se ao fato de ser uma “commodity” de pequena escala e, portanto, de fácil gerenciamento, com produção concentrada em poucas empresas (Cica, Arisco, Parmalat e Cirio respondem por 76% da produção nacional, como se pode verificar na tabela 2) e em poucos estados do País (Pernambuco, Bahia, São Paulo, Goiás e Minas Gerais detêm quase 100% da produção nacional).

A variável utilizada neste exercício foi o montante da produção nacional independentemente do número de empresas, pois a taxa é recolhida sobre o produto final. Adotou-se, também, um valor fixo a ser recolhido por tonelada do produto final (tomate processado ou soja para processamento). As tabelas 3 e 5 projetam a participação das empresas segundo sua fatia na produção nacional: o cenário pessimista corresponderia a uma adesão de empresas responsáveis por

20% da produção nacional; o cenário mediano contempla a participação de empresas que detêm 50% do mercado; e, finalmente, o cenário otimista prevê que as empresas responsáveis por 80% da produção nacional confirmariam interesse em aderir ao programa. As tabelas 4 e 6 utilizam os mesmos cenários, mas projetam o montante de recursos que o programa arrecadaria se a taxa correspondesse a R\$ 1,00, R\$ 2,00 e R\$ 3,00 por tonelada de produto.

As figuras 1 e 3 comparam a arrecadação hipotética para os três cenários propostos com o montante de recursos atualmente empregado pela Embrapa em pesquisa e desenvolvimento das respectivas “commodities” em questão. Por fim, as figuras 2 e 4 analisam o custo relativo destas “commodities”, demonstrando o impacto que a taxa teria sobre o seu preço final, contemplando uma variação de 20% no preço atual de 1 tonelada de soja para processamento e de 1 tonelada de tomate processado.

Quanto a resultados esperados em arrecadação, no caso da soja, o volume de recursos varia de R\$ 6.296 mil para a hipótese mais pessimista (20% da produção nacional a R\$ 1,00 por tonelada) a R\$ 75.552 mil para a mais otimista (contribuição de 80% da produção nacional a R\$ 3,00 por tonelada). Para fins de comparação, o custo total da Embrapa Soja, em 1998, incluindo gastos com pessoal e investimento, foi de R\$ 14.009 mil. Em relação aos custos, para o contribuinte, o valor ficaria entre 0,40% e 1,82% por tonelada do produto.

Para o tomate industrial, a simulação permite prever uma arrecadação entre R\$ 27.4 mil para a hipótese mais pessimista (20% da produção a R\$ 1,00 por tonelada) a R\$ 328.8 mil para a otimista (80% da produção contribuindo com

R\$ 3,00 por tonelada). Os impactos financeiros para o produtor contribuinte ficariam entre 0,19% e 0,86%. Estima-se que os custos com a pesquisa (excluindo pessoal) de tomate industrial na Embrapa Hortaliças seja da ordem de R\$ 131,8 mil.

Estes dados sugerem que com rela-

tivamente pequena contribuição dos produtores/industriais para P&D e promoção do agronegócio ter-se-ia um impacto considerável na sustentabilidade das pesquisas fundamentais para o desenvolvimento desses produtos, de seus derivados e do avanço na direção de ocupação de novos mercados.

Tabela 2: Detalhes dos mercados da soja e do tomate processado

Detalhes do mercado da soja (1 t para processamento = R\$ 205,88)			Detalhes do mercado do tomate processado (1 t = R\$ 434,00)		
Produção brasileira:	100%	31.480.000 t/ ano	Produção brasileira:	100%	137.000,00 t/ ano
Ceval Alimentos	13,13%	4.133.324 t/ ano	Cica	35%	47.950 t/ano
Grupo Santista	5,00%	1.574.000 t/ ano	Arisco	23%	31.510 t/ano
Cargill	4,63%	1.457.524 t/ ano	Parmalat	13%	17.810 t/ano
Coinbra	3,23%	1.016.804 t/ ano	Cirio	5%	6.850 t/ano
Incobrasa	4,55%	1.432.340 t/ ano			
Total	30,54%	9.613.992 t/ ano	Total	76%	104.120,00 t/ano

Cenário 1: Agromais da soja:

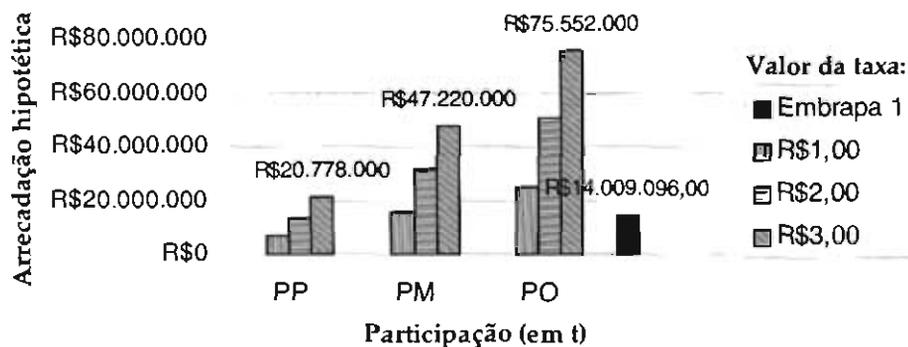
Tabela 3 - Participação segundo produção final

Participação pessimista (PP)	
20% da produção anual	6.296.000 toneladas
Participação mediana (PM)	
50% da produção anual	15.740.000 toneladas
Participação otimista (PO)	
80% da produção anual	25.184.000 toneladas

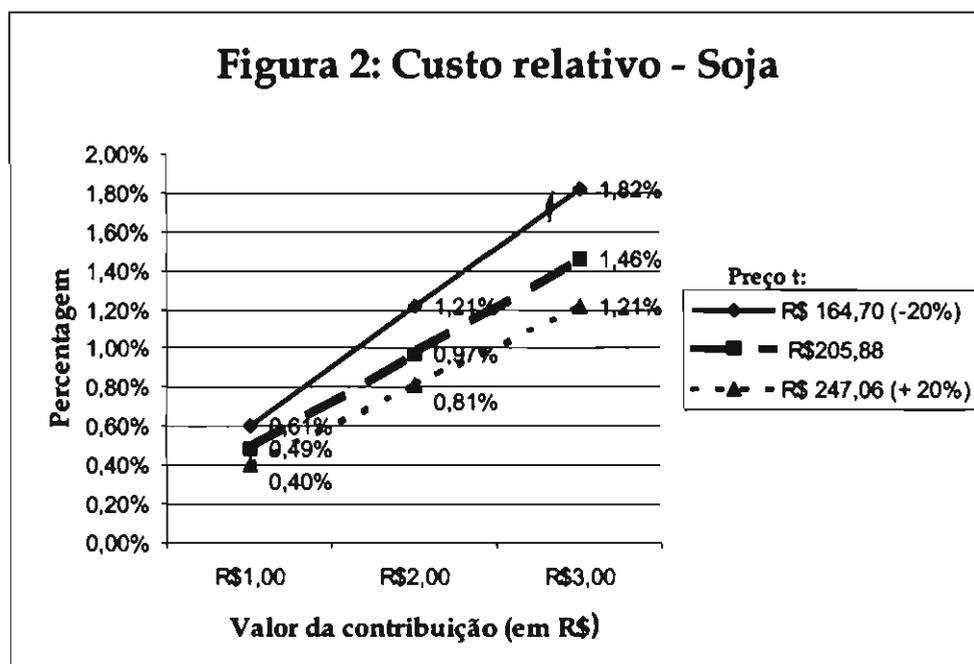
Tabela 4 - Arrecadação hipotética:

Contribuição (R\$/t)	Pessimista	Mediana	Otimista
R\$1,00	R\$ 6.296.000	R\$15.740.000	R\$25.184.000
R\$2,00	R\$12.592.000	R\$31.480.000	R\$50.368.000
R\$3,00	R\$18.888.000	R\$47.220.000	R\$75.552.000

Figura 1: Arrecadação hipotética - Soja



1- Custo total da Embrapa Soja, em 1998, incluindo gastos com pessoal, investimento e custeio.



Cenário 2: *Agromais* do tomate industrial:

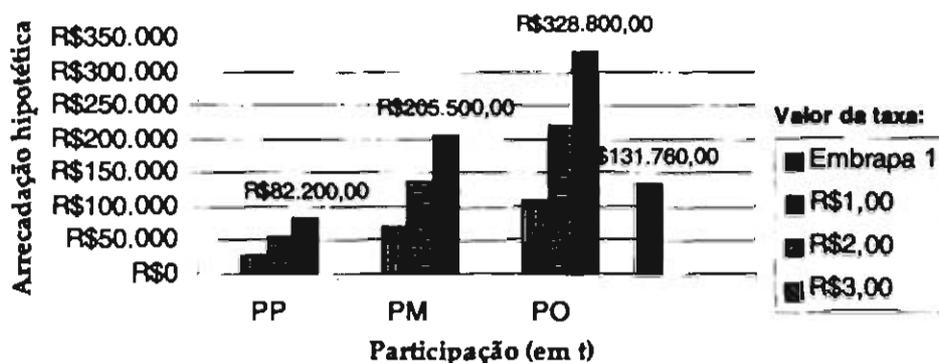
Tabela 5 - Participação segundo produção final

Participação pessimista (PP)	
20% da produção anual	27.400 toneladas
Participação mediana (PM)	
50% da produção anual	68.500 toneladas
Participação otimista (PO)	
80% da produção anual	109.600 toneladas

Tabela 6 - Arrecadação hipotética

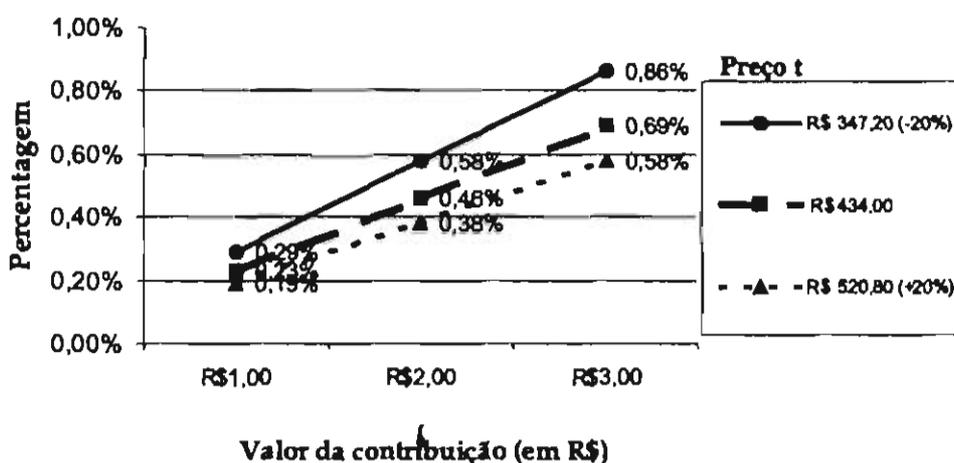
Contribuição (R\$/t)	Pessimista	Mediana	Otimista
R\$1,00	R\$27.400	R\$ 68.500	R\$109.600
R\$2,00	R\$54.800	R\$137.000	R\$219.200
R\$3,00	R\$82.200	R\$205.500	R\$328.800

Figura 3: Arrecadação hipotética - Tomate industrial



1- Gasto total em custeio da Embrapa Hortaliças, em 1998.

Figura 4: Custo relativo - Tomate industrial



LITERATURA SUGERIDA

- BATHRICK, D. D. *Fostering Global Well-Being - A new Paradigm to Revitalize Agricultural and Rural development*. Washington: IFPRI, 1998. p.27. Discussion Paper 26.
- BRUNEAU, H.; JANSSEN, W.; TABOR, S. R. (org.) *Financing Agricultural Research: A Sourcebook*. Haia, Holanda: ISNAR, 1998. 363 p.
- CONTINI, E.; ÁVILA, A.; REIFSCHNEIDER, F.J.B. Perspectivas de financiamento da pesquisa agropecuária brasileira. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília: Embrapa-SPI, 1997. p. 57-90.
- ECHEVERRÍA, R. G. *Will Competitive Funding Improve the Performance of Agricultural Research?* Haia: ISNAR, 1998. p. 21. Discussion paper n.º 98-16.
- FARM JOURNAL. Philadelphia: The Magazine of American Agriculture, abril, 1993.
- FUGLIE, K. O.; ECHEVERRÍA, R. G.; PRAY, C. E. Science and Technology Development: New Institutions for Funding and Performance. In: CONFERENCE ON THE NEW STRATEGIC ROLE OF THE RURAL SECTOR FOR LATIN AMERICA'S DEVELOPMENT, 1., 1998, Cartagena, Colômbia. Paper presented at the Conference on the New Strategic Role of the Rural Sector for Latin America's Development. Cartagena, Colômbia: IDB, 1998. p. 23.
- GILLES, Jere L. *Checkoff*. Columbia: University of Missouri, 1995.
- REIFSCHNEIDER, F.J.B.; LELE, U.; PORTUGAL, A. D. Brazil. In: PERSLEY, G.J. *Investment Strategies for Agriculture and Natural Resources - Investing in Knowledge for Development*. Nova York: Cabi Publishing, 1998. P. 117-129.
- United Soybean Board - Making your checkoff pay off. (Disponível: *United Soybean Board*. URL: <http://stratsoy.ag.uiuc.edu/~usb>. Consultado em nov. 1998.)
- Beef - Checkoff programs and information. (Disponível: *National Beef Checkoff* URL: http://www.beef.org/cbb_info/cbb_info.html. Consultado em nov. 1998.)
- AG News - On line edition. (Disponível: *Farm Journal*. URL: <http://www.farmjournal.com>. Consultado em nov. 1998.)
- National Pork Board & Checkoff info. (Disponível: *National Pork Producers Council*. URL: <http://www.nppc.org>. Consultado em nov. 1998.)
- Soybean - Farm and Trade Policy. (Disponível: *American Soybean Association*. URL: <http://www.oilseeds.org/asa>. Consultado em nov. 1998.)
- U.S. Legislative Activities. (Disponível: *United States Senate*. URL: <http://www.senate.gov>. Consultado em nov. 1998.)

ANEXO 1 – JUNTA UNIDA DA SOJA (UNITED SOYBEAN BOARD)

Introdução

A Junta Unida da Soja (“United Soybean Board” - USB) é a instituição responsável pela gerência dos recursos advindos do “checkoff” da soja, representando todos os produtores norte-americanos. Anualmente financia, em média, 350 projetos de pesquisa e “marketing”.

Cada produtor de soja participa do programa por meio de uma contribuição de 0,5% do preço de mercado por “bushel”, quando da venda da primeira safra. O volume arrecadado por esse fundo varia, mas é normalmente estimado em U\$ 50 milhões/ano. Metade destes recursos fica nos estados onde foram coletados, para serem gerenciados pela junta diretiva do “checkoff” do estado produtor. A outra metade é encaminhada ao USB, onde será investido, de acordo com interesses de âmbito nacional, em 4 áreas programáticas: 1) “marketing” internacional; 2) “marketing” doméstico; 3) novos usos e 4) produção.

Origens

Em 1990, o Congresso norte-americano aprovou a legislação que permitiu criar o programa de “checkoff” nacional da soja, o “Soybean Promotion and Consumer Act”, resultado de mais de um ano de discussões e estudos entre os grupos interessados. Por meio desta Lei, ficou autorizado o procedimento para o desenvolvimento, financiamento (através de taxas incidentes na produção doméstica de soja) e implementação do programa de promoção, pesquisa, informação ao consumidor e à indústria, com o intuito de fortalecer a posição da indústria de soja no mercado. Além disso,

ficou estipulado que este “checkoff” teria como meta expandir, tanto nacional como internacionalmente, a demanda por soja (e produtos derivados), explorando novos mercados e novas formas de utilização.

Já em fevereiro de 1994, em referendo nacional, os produtores aprovaram o “checkoff” da soja, uma vez que decidiram pela continuação do programa (a implementação do “checkoff” em 1990 foi mandatória, mas condicionada a uma aprovação posterior por meio de um “delayed referendum”).

Objetivo

A meta deste “checkoff” é dar a todos os produtores de soja programas específicos para “marketing”, pesquisa e comercialização, no intuito de melhorar a competitividade de seus produtos tanto no mercado doméstico quanto no internacional, criando maior demanda e lucratividade para os produtores americanos.

A diretriz estratégica básica é aumentar a utilização da soja norte-americana para 3 bilhões de “bushels” até 2005 (atualmente é de 2,2 bilhões).

Estrutura

O USB é uma associação dirigida pelos próprios produtores, com aproximadamente 60 membros-diretores, que, agindo voluntariamente, são responsáveis pelo gerenciamento da parte nacional do “checkoff”. Estes membros-diretores são indicados pela respectiva junta diretiva estadual e precisam ser ratificados pelo Secretário de Agricultura dos Estados Unidos. Cada estado produtor tem direito a até 4 vagas no USB. Os diretores são divididos em 4 comitês relacionados com as áreas

programáticas.

Para a seleção de propostas de projeto de P&D, é utilizado um Sistema Competitivo, permitindo, assim, que os membros dos comitês avaliem e selecionem as propostas que julgarem mais apropriadas aos objetivos estabelecidos pela organização. Os recursos arrecadados pelo fundo são investidos nas seguintes áreas:

Marketing Internacional: aumento das exportações da soja norte-americana com uma maior participação no mercado mundial, de 1 bilhão para 1,5 bilhão de "bushels" até 2005. Devem, para tanto, investir em novos mercados e naqueles em expansão.

O "checkoff" foi responsável por 264 projetos no ano de 1996, envolvendo 77 países divididos em três regiões de potencial econômico: Ásia, América Latina e Europa. Estima-se que um aumento de 100 milhões de "bushels" irá beneficiar os preços, no curto prazo, em 60-70 centavos e, no longo prazo, em 25-30 centavos.

Um resultado creditado a estes esforços é o fato de que o consumo de alimentos à base de soja, pela China, aumentou em mais de 550% em seis anos. Além disso, o total de exportações de óleo e alimentos à base de soja cresceu 21,2% e 26,7%, respectivamente, entre 95 e 96.

Marketing Doméstico: aumento do consumo nacional, atualmente em 1,2 bilhão, para 1,5 bilhão de "bushels" até 2005. No intuito de realizar esta meta, estas áreas de crescimento são focalizadas em: 1) consumo de alimentos e utilização de produtos comestíveis à base de soja; e 2) utilização da soja na elaboração de produtos industriais.

Foram conduzidos 32 projetos de

"marketing" nestas áreas em 1996 e afirma-se que resultados como o combustível "biodiesel" e lubrificantes estão se firmando no mercado em razão de sua qualidade e benefícios ambientais. Verificase, também, a inclusão no mercado doméstico de um novo tipo de giz de cera, composto por derivados da soja, representando um avanço em uma área sem inovações nos últimos 100 anos.

Outra iniciativa interessante deste comitê foi o estabelecimento de uma parceria com a "U.S. Meat Export Federation", a qual se comprometeu em aumentar as exportações de produtos derivados de suínos em 1 milhão de toneladas até o ano 2000, o que poderá aumentar o consumo interno de soja em mais de 34 milhões de "bushels".

Novos Usos: desenvolvimento de oito novos tipos de utilização da soja até o ano 2005, identificando novos produtos e aplicações com potencial de mercado, e também incentivando o desenvolvimento de novos produtos já identificados até a sua introdução comercial.

Os investimentos dos 18 projetos em 1996 se deram em áreas que representam mercados potencialmente amplos para o óleo de soja ou sua proteína. Exemplos são: tintas, lubrificantes, solventes, pesticidas e fluídos hidráulicos.

Produção: desenvolvimento da soja de maneira mais eficiente e ecologicamente viável, de forma a se antecipar à demanda esperada de 3 bilhões de "bushels" no ano de 2005. Isso deve ser efetuado com pesquisa básica e aplicada que garanta o máximo de retorno ao investimento, incrementando programas de transferência de tecnologia. Este comitê deve também funcionar como um facilitador para os segmentos de produ-

ção de tecnologia e pesquisa.

Foram 28 novos projetos financiados em 96, com o objetivo de desenvolver melhores práticas de manejo do cisto nematóide e minimizar as perdas causadas por nematóides. Os resultados se mostram positivos, já que a produtividade média da soja aumentou 21,1% no período de 1989 a 1997.

Obs.: os gastos administrativos representaram aproximadamente 4,5% do orçamento do USB de 1996. Por lei, eles são limitados a 5%.

Reembolso

Inicialmente, o reembolso do "checkoff" foi permitido, na tentativa de se conseguir um maior apoio ao programa. Após superado o estágio inicial e com a intenção de reduzir os chamados "caronas", o USDA anunciou em 1995 a extinção do reembolso. O referendo entre os produtores ratificou o anúncio do USDA.

ANEXO 2 - FUNDECITRUS

O Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS) é uma instituição mantida por produtores e indústrias de sucos voltada para a defesa sanitária vegetal. Além de atuar no monitoramento de lavouras de cítricos, o FUNDECITRUS também realiza e financia pesquisas científicas para a descoberta de formas de combate ou de convivência com doenças e pragas que afetam essas lavouras.

O FUNDECITRUS foi criado em 1977 para auxiliar na Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (CANEC), do Ministério da Agricultura.

O Fundo absorveu o financiamento de pesquisas com recursos provenientes da indústria que vinha realizando o PROCITRUS. Hoje, o FUNDECITRUS não somente conduz suas próprias pesquisas como também financia 39 projetos de pesquisa em outros centros de P&D do País e começa um programa cooperativo com instituições estrangeiras.

Financiamento e administração

O financiamento e a administração do Fundo é realizada pelos próprios interessados, conferindo dinamismo na tomada de decisões e eficiência tanto operativa como técnica e científica à organização. O financiamento das atividades do FUNDECITRUS é garantido por uma contribuição de dois centavos por caixa de cítrico processado, um centavo do produtor e um do industrial. Estes recursos garantem a autonomia nas ações do FUNDECITRUS. Os citricultores responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, embora se beneficiem diretamente do trabalho da instituição, não contribuem com este Fundo.

A direção do FUNDECITRUS está organizada em um Conselho Diretor pluralista, composto não somente por contribuintes, industriais e citricultores, mas também por representantes de outros segmentos, como do setor público, por exemplo. O Conselho está constituído por um Presidente e um Vice-Presidente, que alternam entre representantes da indústria e representantes dos citricultores. Os 20 membros restantes são agricultores, industriais, quatro representantes do Ministério da Agricultura, dois do Instituto Biológico e um do Centro de Citricultura Silvio Moreira, de

Cordeirópolis, SP.

ANEXO 3 - FUNDO DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CARNE SUÍNA E SEUS DERIVADOS

O Fundo de Promoção e Divulgação de Carne Suína e seus Derivados foi criado no final de 1997, sob a égide de nove instituições nacionais e estaduais dedicadas à criação e comercialização da carne suína e seus derivados, que perceberam a possibilidade de ganhos de competitividade para seus produtos através do estabelecimento de uma pequena contribuição de seus membros. O Fundo foi constituído, de um lado, por contribuições dos produtores de suínos e, de outro, por doações de setores interessados na ampliação do mercado consumidor. Como indica o nome de batismo do fundo, ele está voltado especificamente para a promoção, a divulgação e o esclarecimento do consumidor brasileiro sobre as qualidades da carne suína e seus derivados, visando ao aumento do consumo "per capita".

Financiamentos e administração

As atividades do Fundo são financiadas pela contribuição de dez centavos por suíno vendido para abate. A contribuição é recolhida pelas indústrias e abatedouros dos estados participantes do

programa, no momento da aquisição do suíno para abate. Administrativamente, três figuras participam do processo de priorização, alocação e emprego dos recursos do fundo: o Conselho Administrativo, o Conselho Assessor e as associações estaduais. O primeiro é composto por um representante e um suplente indicados pela ABCS (Associação Brasileira de Criadores de Suínos) e cada uma das associações estaduais patrocinadoras do Fundo.

O Conselho Administrativo é responsável pelas decisões de promoção e divulgação, em nível nacional, atendendo parecer dos membros do Conselho Assessor, que tem como função sugerir, propor e recomendar campanhas e outras realizações a serem implementadas. O Conselho Assessor é composto por um representante e um suplente de cada entidade nacional e de cada uma das associações estaduais de criadores de suínos, além de representantes dos sindicatos das indústrias participantes do Fundo. Os recursos do Fundo são administrados pelas associações estaduais de criadores de suínos e são utilizados de acordo com os objetivos propostos pelo programa, sendo que 30% dos recursos são administrados livremente por cada estado, observadas as normas nacionais. Os outros 70% de recursos são aplicados em campanhas de âmbito nacional.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE:

Senador Lúcio Alcântara

DIRETOR DE PESQUISAS:

Deputada Yeda Crusius

DIRETOR DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO:

Hermes Zaneti

DIRETOR DE MARKETING POLÍTICO E ELEITORAL:

Professor Aluísio Pimenta

DIRETOR FINANCEIRO

Dr. Odilon Ribeiro Coutinho

CONSELHO DELIBERATIVO

Professor Aluísio Pimenta

Deputado André Franco Montoro

Dr. Autenor Bonfim

Deputado Antônio Feijão

Dr. Ariosto Holanda

Senador Arthur da Távola

Dr. Augusto Werneck

Deputado B. Sá

Dr. Bolívar Lamounier

Dr. Egidio Ferreira Lima

Professor Hermes Zaneti

Dr. Jacó Anderle

Dr. João Gilberto Lucas Coelho

Governador José Ignácio Ferreira

Senador José Roberto Arruda

Deputado Jutaby Júnior

Deputado Luciano Castro

Senador Lúcio Alcântara

Deputado Luiz Carlos Hauly

Dr. Miguel Reale Júnior

Dr. Odilon Ribeiro Coutinho

Deputado Paulo Haddad

Paulo Mourão

Dr. Roberto Santos

Dr. Silvio Batusanschi

Senador Teotônio Vilela Filho

Dr. Walter Barelli

Deputada Yeda Crusius

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Dep. Maria de Lourdes Abadia

Dep. B. Sá

Dr. Joacy Goes

SUPLENTES

Dra. Ana Maria Rattes

Dr. Sílvio Torres

Dra. Marta Godinho

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

CURSOS

Formação política para candidatos

Redação: *Pedro Paulo dos Santos e Antônio Renato Henriques*

Coordenação: *Hermes Zaneti*

Idéias & Debate

1. Social - Democracia e Esquerda no Final do Século

Luiz Carlos Bresser Pereira

2. A modernidade que interessa:

Duas agendas em uma só

Antônio Kandir

3. A Questão Regional em Três Ciclos de Expansão do Brasil

Paulo R. Haddad

4. A Superação do Inflacionismo

Gustavo H. B. Franco

5. Globalização ou Globalização

Eloi Fernández y Fernández

6. Segurança Pública como Garantia da Liberdade e Cidadania

Milton Seligman

7. O Jovem e a Política:

O Desafio das Novas Gerações

Hermes Zaneti

8. A propósito da Social-Democracia

Estevão de Rezende Martins

9. PSDB:

Sua Origem. Seu Programa

André Franco Montoro

10. Globalização (Duas Conferências)

Fernando Henrique Cardoso

11. Conquistas Sociais e Políticas:

Um Parelelo Histórico entre os EUA e o Brasil

Alfredo da Mota Menezes

12. Elementos de uma Teoria Geral da Política

Willis Santiago Guerra Filho

13. Os Desafios do Desenvolvimento Humano na América Latina

Patricio Aylwin

14. Desenvolvimento Segundo o Modelo Ideológico da Social-Democracia

Nelson F. Seiffert

15. O “modelo polder” holandês:
milagre ou miragem?
Paul de Beer
16. Alca, o Mercosul e a Abertura Externa Brasileira
José Serra
17. Defesa da Concorrência em Países em Desenvolvimento.
Aspectos da Experiência do Brasil e do Mercosul
Gesner Oliveira
18. Opções Internacionais do Brasil no Contexto da “Globalização”
José Augusto Guillben Albuquerque
19. Reforma Tributária ou Reforma Fiscal?
Pedro Parente
20. Igualdade Formal
Igualdade Material
Ações Afirmativas
Florisia Verucci
21. Um Reexame da Questão Nordestina
Fundação João Pinheiro
22. Licitações Públicas no Brasil:
explorando o conceito de ineficiência por desenho
Isadora Herrmann
23. Jesuítas e Puritanos:
Ordem e Progresso no Destino das Américas
Federico Lustosa da Costa e Augusto Paulo Guimarães Cunha
24. A Nova Centro-Esquerda
Luiz Carlos Bresser Pereira
25. Será o Desemprego Necessariamente um Mal?
José Vicente Lessa
26. Uma Visão Para o Próximo Milênio:
Educação e Trabalho
Antônio Floriano Pereira Pesaro
27. A Juventude Rural no Brasil e no México
Reduzindo a Invisibilidade
John Durston
28. A mulher no Direito de Família Brasileiro:
Uma história que não acabou
Florisia Verucci
29. Os Eleitores Especiais ao redor do Mundo
As Cortes Eleitorais no Mundo
Noeli Manfredini d' Almeida

Idéias & Debate

Instruções para apresentação de artigos

- 1 - O trabalho deverá ser apresentado impresso em duas vias e gravado em disquete.
- 2 - Em página separada do texto, deverá se apresentado o nome completo do(s) autor(es), incluindo sua qualificação profissional e/ou acadêmica, como preferiria que aparecesse no texto.
- 3 - Editores do texto aceitos: Microsoft Word for Windows 6.0 e 7.0
- 4 - Espaçamento de texto: 1,5.
- 5 - Formato da página: papel A-4.
- 6 - Limite de página em cada trabalho: 35 (trinta e cinco).

Observações:

- a) Idéias & Debates é uma publicação do Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, destinada à divulgação de trabalhos de Parlamentares, Autoridades Governamentais, Membros do Serviço Público, Professores, Pesquisadores e filiados ao PSD em geral.
- b) São aceitos trabalhos sobre temas relevantes para o País
- c) Os textos devem ser enviados para a presidência do Instituto Teotônio Vilela.

Senador Lúcio Alcântara

Sede Nacional: Senado Federal - Anexo I 8º andar - CEP 70165-900

Brasília-DF - Tel.: (061) 311-3566 e 311-3986 - Fax: (061) 226-9447